

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - REITORIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023**  
**(Processo Administrativo nº 23421.001526.2023-56)**

Ilmo. Sr. Pregoeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

A BD Apoio Empresarial Ltda, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.363.266/0001-18, com sede à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, neste ato representada por seu Sócio Diretor Felipe Dytz, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar sua IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico nº 13/2023 que visa a aquisição de mobiliário corporativo e escolar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

**1) DA TEMPESTIVIDADE**

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no artigo 24 do Decreto 10.024 de 2019 que trata dos prazos para impugnação, temos:

**Impugnação**

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

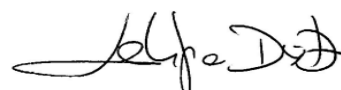
§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Assim como expresso no item 13 do Edital:

**13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail **dilic@ifrn.edu.br**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

## 2) DA LEGITIMIDADE

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/21:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

## 3) DO MÉRITO

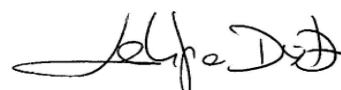
A Impugnante constatou que o Edital padece de vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório.

**De antemão, é importante esclarecer que o objeto da presente impugnação também é objeto de denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.**

É importante salientar que o atendimento às normas técnicas da ABNT, está expressa de forma clara na Lei 4.150/1962, na Lei 8.078/90, bem como em diversos acórdãos do TCU.

### LEI Nº 4.150, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962.

Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica



ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos serviços públicos concedidos pelo Governo Federal, assim como nos de natureza estadual e municipal por êle subvencionados ou executados em regime de convênio, nas obras e serviços executados, dirigidos ou fiscalizados por quaisquer repartições federais ou órgãos paraestatais, em tôdas as compras de materiais por êles feitas, bem como nos respectivos editais de concorrência, contratos ajustes e pedidos de preços será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, nesta lei mencionada pela sua sigla "ABNT".

Art. 2º O Governo Federal, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público, e na forma em que essa colaboração já vem sendo feita, indicará anualmente à "ABNT", até 31 de março, as normas técnicas novas em cujo preparo esteja interessado ou aquelas cuja revisão lhe pareça conveniente.

Art. 3º Através do Departamento Administrativo do Serviço Público, do Instituto de Resseguros do Brasil e outros órgãos centralizados ou autárquicos da administração federal se incrementará, em acôrdo com a "ABNT", o uso de rótulos, selos, letreiros, sinetes e certificados demonstrativos da observância das normas técnicas chamadas "marcas de conformidade".

Art. 4º A partir do segundo ano de vigência desta lei, o Instituto de Resseguros do Brasil passará a considerar, na cobertura de riscos elementares, a observância das normas técnicas da "ABNT", quanto a materiais, instalações e serviços de maneira e também concorrer para que se estabeleça na produção industrial o uso das "marcas de conformidade" da "ABNT".

Art. 5º A "ABNT" é considerada como órgão de utilidade pública e, enquanto não visar lucros, aplicando integralmente na manutenção de sua administração, instalações, laboratórios e serviços, as rendas que auferir, em seu favor se manterá, no Orçamento Geral da República, dotação não inferior a dez milhões de cruzeiros (Cr\$10.000.000,00).

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

O atendimento às normas técnicas da ABNT é uma garantia que a Administração Pública está adquirindo produtos que possuam condições mínimas de segurança e qualidade, bem como não possam resultar em condições de risco aos próprios usuários, sendo objeto de artigo específico na nova Lei das Licitações (Lei 14.133/2021)

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

Ademais, é obrigação dos fabricantes de produtos ou serviços somente fornecer produtos/serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, conforme definido no inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: [\(Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994\)](#)

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

- V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;
- VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;
- VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;
- VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);**

Assim sendo, fica demonstrado que o atendimento às normas técnicas da ABNT não faz parte do direito discricionário da Administração Pública.

Vejamos então o que está sendo solicitado.

No Anexo I Descrição dos itens e estimativa das quantidades a serem contratadas, são solicitados uma série de documentos para cada um dos lotes, então analisemos a pertinência daquilo que está sendo solicitado.

Lote 1 – Mobiliário corporativo

**Documentação a ser apresentada:**

- 1 – Apresentar Certificado (selo) de Cadeia de Custódia CERFLOR em nome da fabricante ou Certificado (selo) de Cadeia de Custódia FSC – que garanta a rastreabilidade de toda a cadeia produtiva. Definidos na norma FSC STD 40-004-V3-0. Certificado deverá ser emitido em nome do fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento. Caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.
- 2 – Apresentar declaração de Garantia, emitida pelo fabricante do mobiliário, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação (caso licitante seja também o fabricante).
- 3 – Laudo Ergonômico em conformidade com requisitos da NR-17, Portaria 423 de 07 de outubro de 2021, emitido por médico ou engenheiro de segurança do trabalho ou ergonomista ou outro profissional devidamente habilitado, devidamente acreditado. O laudo deverá vir acompanhado dos documentos comprobatórios do profissional.

Conforme disposto acima, está sendo solicitado a apresentação de um laudo ergonômico EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DA NR-17.

Conforme pode ser evidenciado em simples análise da norma regulamentadora 17 do MTE, as questões pertinentes ao mobiliário estão preconizadas no item 17.6.

**17.6 Mobiliário dos postos de trabalho**

**17.6.1** O conjunto do mobiliário do posto de trabalho deve apresentar regulagens em um ou mais de seus elementos que permitam adaptá-lo às características antropométricas que atendam ao conjunto dos trabalhadores envolvidos e à natureza do trabalho a ser desenvolvido.

O item 17.6.1 é determinante e estabelece que o mobiliário DEVE apresentar regulagens em um ou mais de seus elementos que permitam adaptá-lo às características antropométricas dos trabalhadores, assim sendo, encontramos diversos mobiliários, tais como armários, mesas, gaveteiros e painel divisor presentes no Lote 1.

É fundamental esclarecer que caso o mobiliário não possua mecanismo de regulagem, não há como atender a NR-17, pois é fato que esta é a exigência prevista no item 17.6.1 da norma regulamentadora do MTE.

**Questionamento 1 – Quais dos itens presentes no lote 1 possuem REGULAGENS EM UM OU MAIS DE SEUS ELEMENTOS QUE PERMITAM ADAPTÁ-LO ÀS CARACTERÍSTICAS ANTROPOMÉTRICAS, de modo que possa ser comprovada a conformidade ao item 17.6.1 da NR-17?**

4 – Apresentar Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, linha ou modelo e código de certificação do produto pela ABNT ou entidade acreditada pelo INMETRO, para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada;

5 – Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido pela ABNT ou entidade devidamente acreditada pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários.

6 – Apresentar laudo de ensaio em nome do fabricante realizado por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme previsto no artigo 5º, inciso IV da instrução normativa 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão comprovando que a tinta utilizada é livre de metais pesados (Pb, Cd, Hg, Cr6+, PBB e PBDE);

7 – Laudo de Isolamento elétrico em nome do fabricante comprovando que o mobiliário atende a norma ANSI/TIA/EIA/596 garantindo 100% de isolamento eletromagnético.

As normas TIA são publicadas pela Associação das Indústrias de Telecomunicação dos Estados Unidos.

No caso específico da TIA 596, exigida no presente edital, esta versa sobre equipamentos de terminação de canal de rede para serviço digital público comutado.

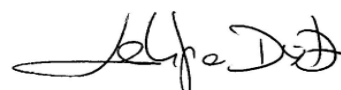
TIA/EIA-596  
Page 3

**2. SCOPE**

The requirements in this Standard apply to a device between an end-user DTE and the network interface (NI) of an intraLATA or interLATA carrier generally referred to as NCTE and herein referred to as SCDSU. This Standard includes the framing formats, pulse density requirements, physical, electrical protection, signaling, maintenance, end-to-end compatibility requirements and other necessary criteria for the proper operation of a customer's DTE with PSDS. This Standard does not include the requirements for ISDN, but does include the functions required for interworking with ISDN.

Specific implementations of PSDS can, and some currently do, offer subrate service over PSDS using rate adaption. This Standard, however, does not address rate adaption for subrate services. Those interested in specific implementations of subrate services using rate adaption over PSDS should contact the appropriate manufacturer or service provider.

The digital interface areas in Part 68 are currently under consideration. This Standard gives adequate design latitude to comply with current service offerings not requiring Part 68 compliance. Should compliance be required in the future, changes to this Standard might be required.



Conforme podemos ler no escopo da referida norma técnica, o primeiro questionamento que nos fazemos é qual a justificativa para exigência de atendimento a esta norma técnica.

## 2. ESCOPO

Os requisitos desta Norma aplicam-se a um dispositivo entre um DTE de usuário final e a interface de rede (NI) de uma operadora intraLATA ou interLATA, geralmente referido como NCTE e aqui referido como SCDSU. Esta Norma inclui os formatos de enquadramento, requisitos de densidade de pulso, proteção física, elétrica, sinalização, manutenção, requisitos de compatibilidade ponta a ponta e outros critérios necessários para a operação adequada do DTE de um cliente com PSDS. Esta Norma não inclui os requisitos para ISDN, mas inclui as funções necessárias para interfuncionamento com ISDN.

Implementações específicas de PSDS podem, e algumas atualmente o fazem, oferecer serviço de subtaxa sobre PSDS usando adaptação de taxa. Esta Norma, contudo, não aborda a adaptação tarifária para serviços de subtaxa. Os interessados em implementações específicas de serviços de subtaxa usando adaptação de taxa sobre PSDS devem entrar em contato com o fabricante ou provedor de serviços apropriado.

As áreas de interface digital na Parte 68 estão atualmente sob consideração. Esta Norma oferece liberdade de projeto adequada para atender às ofertas de serviços atuais que não exigem conformidade com a Parte 68. Caso a conformidade seja exigida no futuro, poderão ser necessárias alterações nesta Norma.

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, a inclusão de critérios técnicos que possam gerar a restrição do caráter competitivo deve apresentar as respectivas justificativas técnicas que determinem que a inclusão de tal critério é imprescindível para a Administração Pública.

**Questionamento 2 – Qual a justificativa técnica para a exigência de laudo de ensaio em conformidade a norma TIA 596?**

**Questionamento 3 – Após a leitura do escopo da referida norma técnica, qual a conotação de sua aplicação para mesas, armários e gaveteiros?**

**Questionamento 4 – Qual a justificativa legal para utilização de uma norma elaborada pela Associação americana das indústrias de telecomunicação, em detrimentos das normas técnicas da ABNT que versam sobre o assunto ou de normas IEC, consideradas normas internacionais pela Lei 13.874/2019?**

Lote 2 – Cadeiras Corporativas

### **Documentação a ser apresentada:**

- 1 - Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC, em nome do fabricante das poltronas, comprovando que a madeira seja proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento.
- 2 - Certificado de conformidade referente a NBR 13962:2018, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE/INMETRO.

Quem emite certificado de conformidade é Organismo Certificador de Produtos, laboratórios se restringem a emitir laudos de ensaios.

### Questionamento 5 – O licitante precisa apresentar Certificado de Conformidade ou Laudo de Ensaio?

3 - Relatório de ensaio de acordo com a NBR 8537:2022 – Determinação da densidade, com resultado entre 50 e 55kg/m<sup>3</sup>, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

4 - Relatório de ensaio referente a Diretiva ROHS 2015/863/UE.

5 - Relatório de ensaio de acordo com a NBR 8797:2022 – Determinação da deformação compreensão de 90% com resultado mínimo de 10, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

6 - Certificado ambiental referente a NBR 14001:2015, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

Embora esteja estabelecido na Lei 13.303/16 a possibilidade de exigência de normas técnicas de sistemas de gestão da qualidade, tal prerrogativa não foi transferida para as Leis 8.666/93 e 14.133/21, sendo requisito ilegal, conforme o Tribunal de Contas da União.

### Questionamento 6 – Qual o preceito legal que autoriza a exigência de certificação de sistema de gestão ambiental (NBR ISO 14001) para aquisição de mobiliário, contrariando farta jurisprudência do TCU?

7 - Relatório de ensaio referente a NBR 8096:1983, material metálico revestido e não revestido; Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre com resultado de no mínimo 20 ciclos acompanhado das normas de avaliação de acordo com a NBR 4628 e 5841, sem apresentar corrosão. Emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

8 - Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA.

9 - Relatório de ensaio referente a NBR 10591:2008 – Gramatura de tecidos, com resultado de no mínimo 270g/m<sup>2</sup> do assento, comprovado através de relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

Quanto a apresentação dos referidos laudos de ensaio solicitados, é importante ressaltar qual será o momento de sua apresentação, pois, caso seja apresentado no decorrer do processo licitatório, é uma exigência ilegal, conforme farta jurisprudência do TCU, uma vez que oneram o licitante em custos antes da celebração do contrato.

Acórdão nº 1.624/2018 – Plenário: A exigência de apresentação de laudos de ensaios técnicos por parte de todos os licitantes, como requisito de habilitação técnica, não encontra amparo no rol do art. 30 da Lei 8.666/1993. As exigências de habilitação técnica devem se referir ao licitante, não ao objeto do certame, e não podem onerar o licitante em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Súmula TCU nº 272 - No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

**(Fundamento Legal – Constituição Federal de 1.988, art. 37, inciso XXI; – Lei nº 8.666/63, art. 3º, § 1º, incisos I; arts. 27 e 30 e art. 44, § 1º; – Lei nº 9.784, de 29/01/1999, art. 2º, caput e inciso VI do Parágrafo único. Dados de aprovação).**

Acórdão nº 1.043/2012 – TCU – Plenário: Exigência de Laudos ou Amostras em Licitações Públicas. Quaisquer despesas impostas aos licitantes antes de celebração do Contrato são de fato ilegais e o licitante tem a obrigação de questionar o edital (Impugnar) quando isso acontecer. Observa-se que, quando for



absolutamente necessário fazer essas exigências, que seja muito bem fundamentada no edital, para evitar possíveis impugnações.

### Questionamento 7 – Qual a base legal para a exigência de laudos de ensaio?

5 - MÓVEIS DE AÇO E ITENS PARA BIBLIOTECA

**Apresentar junto a proposta:**

- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 10 ciclos (240 horas) de exposição ao dióxido de enxofre, de acordo com a ABNT NBR 8096/1983, com avaliações pela ABNT NBR 5841/2015 e ABNT NBR ISO 4628-3/2015, não podendo ocorrer, pontos de corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra.

- Laudo de acordo com a NBR 9209/86 atestando que os produtos possuem revestimento em fosfato com massa igual ou superior a 0,5g/m<sup>2</sup>.

No caso dos móveis de aço, o edital foi claro e objetivo ao afirmar que os referidos laudos de ensaio devem ser apresentados junto a proposta, assim sendo, caso o licitante, antes da abertura do certame, não tenha investido para realização dos ensaios, já está alijado do processo.

Vejamos então os laudos solicitados.

A norma técnica ABNT NBR 9209 - Preparação de superfícies para pintura - Processo de fosfatização – Procedimento, é categórica em definir que a massa da camada de fosfato deve estar entre os seguintes valores, conforme requerido pela referida norma:

a) Fosfato de zinco: entre 1,0 g/m<sup>2</sup> e 1,6 g/m<sup>2</sup>;

b) Fosfato de ferro: entre 0,4 g/m<sup>2</sup> e 1,0 g/m<sup>2</sup>

Conforme estabelecido pela norma técnica ABNT NBR 9209, a massa da camada de fosfato deve estar nos referidos intervalos, sendo que, conforme exigido no Edital (massa igual ou superior a 0,5 g/m<sup>2</sup>.) pressupõe-se que só possa ser utilizado fosfato de ferro.

### Questionamento 8 - Qual a justificativa técnica para exigir que a massa de fosfato seja de 0,5 g/m<sup>2</sup>, quando a norma técnica da ABNT determina que pode ser todo o intervalo informado acima?

- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer, pontos de corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra.

- Laudo NBR 8094/83 / Névoa Salina avaliação NBR ISO 4628-3: Ri0; NBR 5841: d0/t0 e ASTM D714: n°10 – isento de bolhas), com duração igual ou superior a 720 horas.

Se analisarmos a norma técnica ABNT NBR 13961, que é a norma técnica específica de armários, inclusive de aço, identificaremos em seu item 4.3 a necessidade, apenas, de um ensaio de corrosão de 240 horas, conforme a norma técnica ABNT NBR 8094.



### 4.3 Componentes metálicos

4.3.1 Todos os componentes metálicos devem ser feitos de material resistente à corrosão ou devem ser adequadamente protegidos contra corrosão, exceto as ferragens e fixadores. As partes metálicas devem ser expostas a uma atmosfera como especificada na NBR 8094, por um período de 240 h. Depois disso, o grau de corrosão deve ser determinado conforme a ISO 4628-3, não devendo ser maior que Ri 1.

4.3.2 Em complemento aos requisitos de 4.3 da NBR 8094, os corpos-de-prova para os ensaios de corrosão devem ser representativos das porções dos componentes metálicos mais suscetíveis de corrosão, tais como as regiões onde ocorreu dobramento, usinagem ou solda, bem como regiões de contato entre componentes metálicos de composições diferentes.

Tal exigência não é fruto de “achismo” ou subjetivismo, como evidenciamos nesta solicitação de 1.500 horas, mas fruto de outra norma técnica que serve de referência para os estudos sobre corrosão, a saber, a norma técnica ISO 12944-2, que estabelece que a corrosividade no ambiente de escritório ou escolar é classificada como MUITO BAIXA, o que demonstra que a exigência de 2.400 horas é totalmente desarrazoada, servindo apenas para restringir a participação de licitantes.

Tabela 1 – Categorias de corrosividade atmosférica e exemplos de ambientes típicos

Categorias de corrosividade	Perda de massa por unidade de superfície/perda de espessura (após primeiro ano de exposição)				Exemplos de ambientes típicos em clima temperado (apenas informativo)	
	Aço de baixo carbono		Zinco		Exterior	Interior
	Perda de massa (g/m²)	Perda de espessura (µm)	Perda de massa (g/m²)	Perda de espessura (µm)		
C1 Muito baixa	≤ 10	≤ 1,3	≤ 0,7	≤ 0,1	-	Ambientes aquecidos com atmosferas limpas. Ex.: escritórios, hotéis, shoppings, escolas
C2 Baixa	>10 a 200	>1,3 a 25	>0,7 a 5	>0,1 a 0,7	Atmosferas com baixo nível de poluição. Predominante em áreas rurais	Ambientes não aquecidos onde pode ocorrer condensação. Ex.: armazéns, áreas de esportes
C3 Média	>200 a 400	>25 a 50	>5 a 15	>0,7 a 2,1	Atmosferas urbanas e industriais, com poluição moderada de dióxido de enxofre. Áreas costeiras com baixa salinidade	Salas de produção com alta umidade e alguma poluição. Ex.: fábricas de alimentos, lavanderias, cervejarias, laticínios.
C4 Alta	>400 a 650	>50 a 80	>15 a 30	>2,1 a 4,2	Áreas industriais e áreas costeiras com salinidade moderada	Indústrias químicas, piscinas, navios de cabotagem e estaleiros.
C5 Muito alta	> 650 a 1.500	>80 a 200	>30 a 60	>4,2 a 8,4	Áreas industriais com alta umidade e atmosfera agressiva e áreas costeiras com alta salinidade	Edificações e áreas com condensação quase permanente e com alta poluição
CX Extrema	>1.500 a 5.500	>200 a 700	>60 a 180	>8,4 a 25	Áreas de offshore com alta salinidade e áreas industriais com umidade extrema e atmosfera agressiva e atmosferas tropical e subtropical	Áreas industriais com umidade extrema e atmosfera agressiva

NOTAS: Os valores de perda utilizados para as categorias de corrosividade são idênticos aos fornecidos na norma ISO 9223.

**Questionamento 9 – Frente ao que foi evidenciado acima, na análise da norma técnica ABNT NBR 13961 e ISO 12944-2, qual a justificativa técnica para exigência de um ensaio 1.000% mais prolongado que aquele definido pelos membros da Comissão de Estudo da ABNT?**

Lote 6 – Cadeiras escolares

**DEVERÁ APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA:**

Laudo emitido por laboratório quanto a tinta aplicada espessura e camada de tinta NBR 10443/08, com no mínimo 700 micros, tubo reto com solda;

Laudo emitido por laboratório quanto a resistência a névoa salina NBR 8094/83, emitido por laboratório, no mínimo 1400 horas, com ensaio feito a partir de tubo de aço reto com solda;

Laudo emitido por laboratório quanto a atmosfera úmida saturada NBR 8095/15, emitido por laboratório, no mínimo 1400 horas, com ensaio feito a partir de tubo de aço reto com solda;

Laudo emitido por laboratório quanto a exposição ao dióxido de enxofre NBR 8096/83, emitido por laboratório, com ensaio feito a partir de tubo de aço reto com solda;

É fundamental esclarecer que os produtos, objetos deste lote, estão abrangidos por Regulamento de Avaliação da Conformidade, expedido pelo Inmetro, no qual estabelece a certificação compulsória para este produto como critério para fabricação, importação e comercialização do produto em território nacional.

Assim sendo, a exigência de qualquer requisito além daqueles estabelecidos na norma técnica ABNT NBR 14006 e na Portaria Inmetro extrapolam o direito discricionário do órgão, pois vão contra regulamentação federal.

Então vejamos o que está estabelecido no item 4.3.13 da norma técnica ABNT NBR 14006:

4.3.13 A pintura e o tratamento das partes metálicas devem atender ao apresentado em 4.3.13.1 a 4.3.13.4.

4.3.13.1 As partes metálicas devem ter tratamento anticorrosivo. A resistência à corrosão na câmara de névoa salina (neutra) deve ser de 300 h, quando ensaiada conforme a ABNT NBR 8094 e avaliada conforme as ABNT NBR 5841 e ABNT NBR ISO 4628-3, com grau de enferrujamento máximo de Ri0, e grau de empolamento de d0/t0, em corpos de prova seccionados de partes retas e que contenham uniões soldadas. O tamanho do corpo de prova deve ser de no mínimo 150 mm de comprimento.

4.3.13.2 A espessura da camada deve ser medida conforme a ABNT NBR 10443 e deve ter valor mínimo médio de dez medidas de 40 µm e um valor mínimo individual de 30 µm.

**Questionamento 10 – Qual a justificativa técnica para exigência de uma camada de tinta com espessura de 700 µm, valor esse 1.750% superior ao determinado na norma técnica ABNT NBR 14006 e na Portaria do Inmetro?**

**Questionamento 11 – Qual a justificativa técnica para exigência de ensaios de corrosão de, no mínimo, 1400 horas, 460% acima do exigido na norma técnica ABNT NBR 14006 e na Portaria do Inmetro?**

A BD Apoio Empresarial procurou em sua argumentação apresentar todas as fundamentações que levaram aos seus questionamentos, possibilitando que esta Comissão de Licitação tivesse toda clareza possível para fazer suas ponderações e responder da melhor forma.

Aproveitamos para terminar este pedido de impugnação, apresentando o Acórdão 1636/2007 do TCU, no qual deixa claro que TODOS os questionamentos DEVEM ser abrangidos e respondidos de modo FUNDAMENTADO.

As respostas fornecidas pela comissão de licitação ou pela autoridade competente com relação as impugnações apresentadas contra editais de certames licitatórios, nos termos do art. 41, § 1o, Lei no 8.666/1993, devem abranger, de modo fundamentado, todos os quesitos formulados pelo interessado, sob pena de infringência ao que dispõe o art. 50 da Lei no 9.784/1999.

**Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)**

#### 4) DO PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente, de forma que o presente certame não esteja viciado.

Termos em que

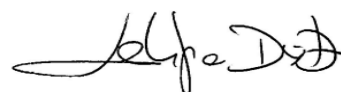
P. e E. Deferimento

Niterói, 21 de dezembro de 2023



---

Felipe Dytz  
BD Apoio Empresarial Ltda



# Documento Digitalizado Público

## Impugnação - Empresa BD Empresarial

**Assunto:** Impugnação - Empresa BD Empresarial  
**Assinado por:** Julio Camilo  
**Tipo do Documento:** Documento Informativo  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Mídia

Documento assinado eletronicamente por:  
■ **Julio Cesar Carneiro Camilo, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - CD0004 - DILIC**, em 08/01/2024 14:53:59.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/01/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1663487  
**Código de Autenticação:** a9a42dbea1

